

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS (TRE/GO)

CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

Cargo 8: ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA: JUDICIÁRIA

Aplicação: 1.º/2/2009

MANHÃ

CADERNO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se o tipo deste caderno — Caderno I — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas e em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém oitenta questões, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenadas de 1 a 80, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho.
- 2 Quando autorizado pelo aplicador, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Melhor é o bom nome do que bálsamos preciosos.

- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou haja divergência quanto ao tipo de caderno, solicite ao aplicador mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 6 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de um aplicador.
- 7 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 8 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 9 Ao terminar as provas, chame o aplicador mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 10 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **3/2/2009**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **4 e 5/2/2009** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **3/3/2009** – Resultado final das provas objetivas, resultado provisório da prova discursiva e convocação para a perícia médica: Diário Oficial da União e Internet.
- IV **4 e 5/3/2009** – Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V **24/3/2009** – Resultado final da prova discursiva, da perícia médica e do concurso: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1 — TRE/GO, de 21/10/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX)61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.

- Nas questões de 1 a 80, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 5

1 O conceito de verdade tem sido abordado e
compreendido de diferentes formas por diversos pensadores
e por diversas escolas filosóficas. Os filósofos gregos
4 começaram a buscar a verdade em relação ou oposição à
falsidade, ilusão, aparência. De acordo com essa concepção,
a verdade estaria inscrita na essência, sendo idêntica à
7 realidade e acessível apenas ao pensamento, e vedada aos
sentidos. Assim, um elemento necessário à verdade era a
“visão inteligível”; em outras palavras, o ato de revelar, o
10 próprio desvelamento.

Já para os romanos, a verdade era *Veritas*, a
veracidade. O conceito era sempre aplicado, isto é, remetia
13 a uma história vivida que pudesse ou não ser comprovada.
Essa concepção de verdade subordinava-a, portanto, à
possibilidade de uma verificação. A formulação do
16 problema do “critério de verdade” ocupou os adeptos da
gnosologia, aqueles que se dedicavam ao estudo das
relações do pensamento, e de seu enunciado, sua forma de
19 tradução na comunicação humana com o objeto ou fato real,
em que se buscava uma relação de correspondência. Para a
lógica, o interesse circunscrevia-se na correção e(ou)
22 coerência semântica do discurso, da enunciação,
descartando a reflexão sobre o mundo objetivo.

Para o filósofo Heidegger, as verdades são respostas
25 que o homem dá ao mundo. Ressalte-se a utilização do
termo no plural, quando o conceito de verdade perde o
critério do absoluto e(ou) do indivisível. Portanto, não
28 haveria mais uma verdade filosófica, mas várias verdades.
Esse sentido mais pluralista também é defendido por
Foucault, para quem o significado de verdade seria o de
31 expressão de determinada época, cada qual com sua
verdade e seu discurso.

Iluska Coutinho. O conceito de verdade e sua utilização no jornalismo.
Internet: <www.metodista.br/unesco/gcsb> (com adaptações).

QUESTÃO 1

Assinale a opção correspondente à frase do texto que representa a síntese de suas ideias.

- Ⓐ “O conceito de verdade tem sido abordado e compreendido de diferentes formas por diversos pensadores e por diversas escolas filosóficas.” (ℓ.1-3)
- Ⓑ “Os filósofos gregos começaram a buscar a verdade em relação ou oposição à falsidade, ilusão, aparência.” (ℓ.3-5)
- Ⓒ “Assim, um elemento necessário à verdade era a ‘visão inteligível’; em outras palavras, o ato de revelar, o próprio desvelamento.” (ℓ.8-10)
- Ⓓ “A formulação do problema do ‘critério de verdade’ ocupou os adeptos da gnosologia” (ℓ.15-17)

QUESTÃO 2

No texto, um fato ou estado considerado em sua realidade está expresso pelo verbo sublinhado em

- Ⓐ “a verdade estaria inscrita” (ℓ.6).
- Ⓑ “o interesse circunscrevia-se” (ℓ.21).
- Ⓒ “não haveria mais uma verdade filosófica” (ℓ.27-28).
- Ⓓ “o significado de verdade seria o de expressão” (ℓ.30).

QUESTÃO 3

A respeito do texto, julgue os itens seguintes.

- I Tanto para os gregos como para os lógicos, a verdade constituía uma reflexão, acessível aos sentidos, não ilusória sobre o mundo.
- II Em latim, o conceito de verdade estava associado à experiência e dependia de verificação.
- III Para filósofos mais modernos, a verdade relaciona homem e mundo e varia nas diferentes épocas e discursos.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.

QUESTÃO 4

Assinale a opção correta a respeito do emprego da crase nas estruturas linguísticas do texto.

- Ⓐ No segundo período do texto (ℓ.3-5), mantêm-se as relações semânticas, bem como a correção gramatical, ao se inserir à antes de “ilusão” e antes de “aparência”.
- Ⓑ Tanto o uso da crase em “à realidade” (ℓ.6-7) como da contração em “ao pensamento” (ℓ.7) justificam-se pelas relações de regência de “idêntica” (ℓ.6).
- Ⓒ Nas linhas 12 e 13, preservam-se as relações de regência de “remetia”, bem como a correção gramatical do texto, ao se inserir um sinal indicativo de crase em “a uma história”.
- Ⓓ A retirada do sinal indicativo de crase em “à possibilidade” (ℓ.14-15) provocaria erro gramatical e incoerência nas idéias do texto, por transformar objeto indireto em objeto direto na oração.

QUESTÃO 5

Assinale a opção **incorreta** a respeito da função textual das estruturas linguísticas do texto.

- A** No encadeamento dos argumentos do texto, a expressão “essa concepção” (l.5) remete à idéia anterior, de “verdade em relação ou oposição à falsidade, ilusão, aparência” (l.4-5).
- B** A expressão “em outras palavras” (l.9) tem a função de introduzir uma explicação ou um esclarecimento sobre como o conceito de ‘visão inteligível’ (l.9) deve ser compreendido.
- C** O desenvolvimento das idéias do texto mostra que a expressão “gnosiologia” (l.17) deve ser interpretada como sinônimo de ‘critério de verdade’ (l.16).
- D** Na organização da coesão textual, as duas ocorrências do vocábulo “mais” (l.28 e 29) associam as ideias das orações em que ocorrem às dos parágrafos anteriores, mas sua omissão não prejudicaria a correção ou a coerência textuais.

Texto para as questões de 6 a 8

1 A ciência moderna teve de lutar com um inimigo poderoso: os monopólios de interpretação, fossem eles a religião, o estado, a família ou o partido. Foi uma luta
4 travada com enorme êxito e cujos resultados positivos vão ser indispensáveis para criar um conhecimento emancipatório pós-moderno. O fim dos monopólios de
7 interpretação é um bem absoluto da humanidade.

No entanto, como a ciência moderna colonizou as outras formas de racionalidade, destruindo, assim, o
10 equilíbrio dinâmico entre regulação e emancipação, em detrimento desta, o êxito da luta contra os monopólios de interpretação acabou por dar lugar a um novo inimigo, tão
13 temível quanto o anterior, e que a ciência moderna não podia senão ignorar: a renúncia à interpretação, paradigmaticamente patente no utopismo automático da
16 tecnologia e também na ideologia e na prática consumistas.

Boaventura de Sousa Santos. *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 95 (com adaptações).

QUESTÃO 6

Depreende-se da argumentação do texto que

- A** a criação de um conhecimento pós-moderno apoia-se na utopia da ideologia e da prática consumista.
- B** tanto uma interpretação monopolizada quanto a falta de interpretação são prejudiciais à humanidade.
- C** tanto a ciência moderna quanto outras formas de racionalidade prejudicaram a luta contra os monopólios de interpretação.
- D** o fim dos monopólios de interpretação teve como uma de suas consequências o enfraquecimento da religião, do Estado, da família e dos partidos.

QUESTÃO 7

Assinale a opção correspondente à proposta de substituição para o texto que provoca erro ou incoerência textual.

- A** fosse em lugar de “fossem eles” (l.2)
- B** seus em lugar de “cujos” (l.4)
- C** Acabarem os monopólios de interpretação em lugar de “O fim dos monopólios de interpretação” (l.6-7)
- D** deixar de em lugar de “senão” (l.14)

QUESTÃO 8

No desenvolvimento das idéias do texto, introduz-se uma ideia de causa com o uso

- A** de “para” (l.5).
- B** de “como” (l.8).
- C** de “destruindo” (l.9).
- D** do sinal de dois-pontos depois de “ignorar” (l.14).

Texto para as questões de 9 a 11

1 Por muitos anos, pensávamos compreender o que era interpretado, o que era uma interpretação; inquietávamo-nos, eventualmente, a propósito de uma dificuldade em particular,
4 ocorrida no trabalho de interpretação. Nada mais. Atualmente, não temos certeza, já não estamos tão certos. O conflito de ideologias fez com que indagássemos sobre o que quer dizer
7 uma interpretação e duvidássemos sobre o que estávamos fazendo ou teríamos de fazer.

Em vez desse tratamento que era dado à questão da
10 interpretação, a Teoria Crítica ou o Criticismo insiste em trabalhar com as palavras que estão inscritas em determinada página.

Célio Garcia. *Graças à letra “soft”, a estrutura “hard” dura*. In: Hugo Mari *et al.* (Org.). *Estruturalismo, memória e repercussões*. Belo Horizonte: UFMG/Diadorim, p. 192 (com adaptações).

QUESTÃO 9

Assinale a opção correspondente ao desdobramento para a frase “Nada mais.” (l.4) que está gramaticalmente correto e coerente para o desenvolvimento da argumentação do texto.

- A** Nada mais nos inquietava.
- B** Nada mais tínhamos para interpretar.
- C** Nada mais pensávamos compreendermos.
- D** Nada mais havia em um trabalho de interpretação.

QUESTÃO 10

Assinale a opção **incorreta** a respeito do uso dos sinais de pontuação no texto.

- A Na conexão de idéias, a conjunção e desempenharia a mesma função da vírgula depois de “interpretado” (l.2) e poderia substituí-la sem prejudicar a correção do texto.
- B A substituição das duas vírgulas que demarcam a explicação “a propósito de uma dificuldade em particular” (l.3) pelo duplo travessão preservaria a correção gramatical e a coerência textual.
- C Respeita-se a relação entre as ideias do texto e mantém-se sua correção gramatical com a substituição do ponto depois de “certos” (l.5) pelo sinal de dois-pontos, fazendo os necessários ajustes na inicial maiúscula.
- D Na linha 9, a inserção de uma vírgula depois de “tratamento” preservaria a correção do texto, mas deixaria de marcar o caráter restritivo da oração iniciada por “que era”.

QUESTÃO 11

Preserva-se a correção gramatical e a coerência das ideias do texto

- A ao se deslocar o pronome átono em “inquietávamo-nos” (l.2) para antes do verbo, escrevendo **nos inquietava**.
- B ao se inserir **que tenha sido** antes de “ocorrida” (l.4).
- C ao se substituir “fez com que indagássemos” (l.6) por **fez-nos indagarem**.
- D ao se retirar “que era” (l.9).

QUESTÃO 12

Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
Portaria n.º 443, de 30 de setembro de 2008 – TRE/GO

1 O Excelentíssimo Senhor Desembargador-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, no uso de suas atribuições e

Considerando o disposto no art. 10, parágrafo único, inciso II, da
4 Lei n.º XXXX, de 19 de setembro de 1998, e no art. 8.º, parágrafo 3.º, da Resolução n.º YYYY, de 15 de outubro de 1999, do colendo Tribunal Superior Eleitoral;

7 Considerando a necessidade de se promover a padronização dos procedimentos relativos à anotação dos órgãos de direção partidária regionais;

10 Considerando que as solicitações de anotações feitas pelos partidos políticos devem seguir as regras dos estatutos partidários;

RESOLVE:

13 Art. 1.º Os pedidos dever-se-ão ser requeridos nos exatos termos dos partidos.

16 Art. 2.º Só se dará prosseguimento aos pedidos de prorrogação quando em conformidade com a lei.

Para que o trecho de documento acima atenda às normas de redação de documentos oficiais, é necessário

- A que a data da portaria seja retirada da identificação, juntamente com a vírgula que a precede, escrevendo-se **Goiás, 30 de setembro de 2008** no final do documento, imediatamente antes da assinatura e da identificação do signatário.
- B que se escreva com letras iniciais maiúsculas “parágrafo único” (l.3), “colendo” (l.5) e “art. 10” (l.3), sendo o último por extenso; com iniciais minúsculas o segundo termo de “Desembargador-Presidente” (l.1) e as ocorrências de “Considerando”, exceto a primeira.
- C que se retire o pronome átono de “dever-se-ão” (l.13), grafando-se **deverão**.
- D que se substitua “dará” (l.15) por **darão**, para atender às regras gramaticais da norma de padrão culto.

Texto para as questões de 13 a 15

1 Censurar, proibir e reprimir são atitudes
antipáticas, porque geralmente são vistas pela sociedade
como inimigas da liberdade individual, da criatividade e
4 da verdade. A censura esconde dilemas e armadilhas sutis
que podem causar mais confusão do que esclarecer os
problemas relacionados a ela, até porque nem todo tipo de
7 censura representa uma interferência odiosa na vida da
população. Um exemplo simples de censura socialmente
aceitável — ou até considerada necessária para o bom
10 andamento da vida social — é a tentativa de proteger
crianças contra filmes, livros e outras manifestações do
pensamento que possam incitar à violência ou a outras
13 situações consideradas prejudiciais à formação dos
jovens.

Por outro lado, existem formas de censura que,
16 apesar de serem, em princípio, tão odiosas quanto a
censura política, tornam-se praticamente invisíveis no
interior do corpo social. Elas agem sem que os
19 responsáveis sequer se deem conta do que estão fazendo.
É o caso, entre outros, dos preconceitos, que são, por
definição, verdades falsas que, quando se disseminam
22 dentro de um grupo ou comunidade, tendem a hostilizar
formas de pensamento e de comportamento que, de
alguma forma, não se conformam àquela “verdade”.

Flávio Dieguez. Ver, ouvir e calar. *Discutindo a língua portuguesa*, ano 2, n.º 12, p. 34-6 (com adaptações).

QUESTÃO 13

Julgue se as seguintes estruturas do texto explicitam uma relação textual de comparação.

- I “causar mais confusão do que esclarecer” (l.5)
- II “nem todo tipo de censura representa uma interferência” (l.6-7)
- III “até considerada necessária” (l.9)
- IV “tão odiosas quanto a censura política” (l.16-17)

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e III.
- D II e IV.

QUESTÃO 14

Assinale a opção correta a respeito das estruturas linguísticas do texto.

- A A expressão, na voz passiva, “são vistas pela sociedade” (l.2) corresponde à voz ativa **a sociedade vê-nas**, que a pode substituir sem prejudicar a correção e a coerência do texto.
- B O verbo que se segue ao pronome “que” (l.12) está no plural porque esse pronome tem como referente “filmes, livros” (l.11).
- C Nas linhas 12 e 13, os sinais de crase em “à violência” e “à formação” mostram que se trata de dois termos que servem de complemento ao verbo “incitar”.
- D Na linha 24, justifica-se o sinal indicativo de crase em “àquela” pela exigência de iniciar o complemento de “se conformam” com a preposição **a**.

QUESTÃO 15

Julgue as seguintes propostas de continuidade para o texto.

- I Por isso, a hostilidade às formas de linguagem de grupos minoritários constitui uma forma de preconceito.
- II Assim, qualquer “verdade” reprimida representa uma armadilha de preconceitos e censuras.
- III Portanto, são verdades falsas porque são invisíveis.

Há continuidade gramaticalmente correta e argumentativamente coerente para o texto apenas

- A no item I.
- B no item III.
- C nos itens I e II.
- D nos itens II e III.

Texto para as questões de 16 a 18

Considere a configuração de um microcomputador do tipo *notebook* apresentada a seguir.

Intel Core Duo – 1,6 GHz e 533 MHz FSB;
2 MB L2 *cache*;
15,4 WXGA LCD;
120 GB HDD;
DVD-RW *double layer*;
1 GB DDR2, 802.11 a/b/g *wireless* LAN.

QUESTÃO 16

Com base na configuração apresentada, assinale a opção correta.

- A 1,6 GHz indica que o processador possui capacidade de armazenamento de dados de 1.600 MB.
- B Intel Core Duo indica a existência de memória dupla, o que amplia a velocidade de processamento das informações.
- C 533 MHz FSB indica a capacidade da memória RAM.
- D Intel Core Duo indica que há dois processadores no mesmo *chip* de silício.

QUESTÃO 17

Com referência ao microcomputador apresentado, assinale a opção correta.

- A 2 MB L2 *cache* indica a capacidade da memória *cache*, uma memória estática que tem por finalidade aumentar o desempenho do processador ao realizar busca antecipada na memória RAM.
- B A opção L2 significa que é possível instalar dois sistemas operacionais, como o Linux e o Windows XP.
- C A utilização de dispositivos do tipo *pen drive* permite ampliar, ainda que temporariamente, a capacidade da memória ROM do computador.
- D A capacidade do disco rígido, na referida configuração, é de 1 GB.

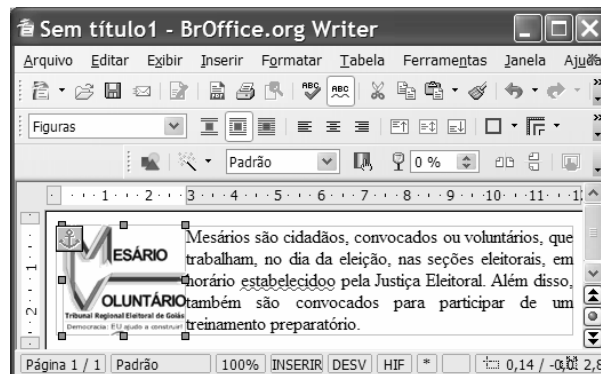
QUESTÃO 18

Ainda com base na configuração apresentada, assinale a opção correta.

- A DVD-RW *double layer* indica que o *notebook* possui leitora de DVD dupla face, mas não permite gravação.
- B Com a configuração de *hardware* apresentada, não seria possível a instalação do *software* Linux. Para essa instalação, seria necessário ampliar a capacidade de memória.
- C O *notebook* com a configuração apresentada permite acesso a redes sem fio das tecnologias 802.11 a/b/g *wireless* LAN.
- D 15,4 WXGA LCD indica o modelo e o tamanho da placa-mãe da configuração apresentada.



Figura para as questões de 19 a 22

A figura a seguir mostra uma janela do *software* Writer, com um documento em processo de edição.






QUESTÃO 19

Com base na figura apresentada, assinale a opção correta.

- A O símbolo  , no canto esquerdo do documento em edição, indica que a imagem mostrada no documento é um *hiperlink*.
- B Para mover a imagem mostrada no documento, é suficiente clicá-la no centro e arrastá-la para a posição desejada.
- C Para alterar as cores da imagem mostrada no documento, é suficiente clicar a ferramenta  e, na janela disponibilizada, escolher as cores.
- D Para alterar a posição da imagem no documento, é suficiente apontar o cursor para a borda da imagem até que ele se transforme em uma seta de dupla ponta e arrastar a imagem para a posição desejada.

QUESTÃO 20

Com relação à figura mostrada, assinale a opção correta.

- A Considerando que o documento em edição tenha um título com a fonte em letras minúsculas, para alterá-lo para letras maiúsculas é suficiente selecioná-lo; clicar a opção Alterar Capitalização do menu **Formatar**; e, posteriormente, na janela disponibilizada, clicar Maiúscula.
- B Para criar afastamento à direita da imagem em relação ao texto, é suficiente pressionar a tecla .
- C Ao pressionar a tecla , o texto será excluído.
- D Para formatar o texto com espaçamento duplo, é suficiente clicar a ferramenta .

QUESTÃO 21

Com referência à figura apresentada, assinale a opção correta.

- A O estilo do texto no documento em edição é padrão.
- B O texto está formatado com fonte Arial e está centralizado.
- C A auto verificação ortográfica está ativada.
- D O documento em edição possui duas páginas.

QUESTÃO 22

Considerando que o Microsoft Outlook seja o cliente de e-mail padrão, assinale a opção correspondente à sequência correta de procedimentos para o envio do documento em edição como anexo de um e-mail.



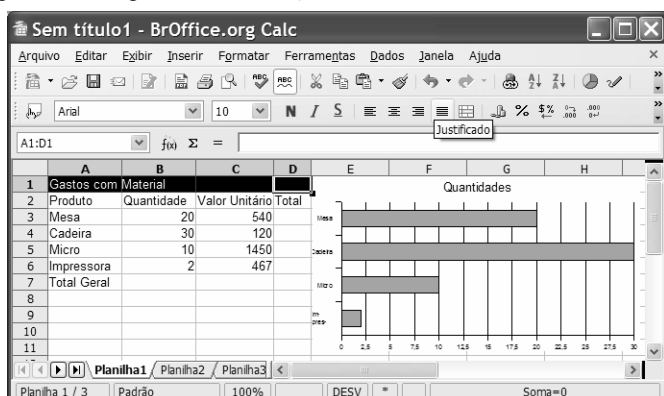




- A clicar a opção Envelope do menu **Inserir**, digitar o endereço eletrônico do destinatário no campo Para, clicar Enviar
- B clicar a ferramenta , digitar o endereço eletrônico do destinatário no campo Para, clicar Enviar
- C clicar a opção Exportar do menu **Arquivo**, digitar o endereço eletrônico do destinatário no campo Para, clicar Enviar
- D clicar a ferramenta , abrir o Microsoft Outlook, digitar o endereço eletrônico do destinatário no campo Para, clicar Enviar

Figura para as questões de 23 a 26

A figura a seguir ilustra uma janela do aplicativo Calc, com uma planilha em processo de edição.



**QUESTÃO 23**

Com relação à figura apresentada, assinale a opção correta.

- A Na situação da janela mostrada, para centralizar o título — Gastos com Material — na planilha, é suficiente clicar o botão .
- B Para centralizar os conteúdos das células A2, B2, C2 e D2, é suficiente selecioná-las e clicar a ferramenta .
- C Para mesclar as células A1, B1, C1 e D1, é suficiente selecioná-las e clicar o botão .
- D Na situação da janela mostrada, para mesclar e centralizar o título da planilha — Gastos com Material —, é suficiente clicar o botão .





QUESTÃO 24

Com base na figura apresentada, assinale a opção correta.

- A Para inserir bordas duplas na planilha, a sequência correta de procedimentos é: selecionar a planilha; clicar a opção Células do menu **Formatar**; clicar a guia Borda, selecionar estilo duplo; clicar OK.
- B Para alterar o tipo de letra da planilha, é suficiente selecioná-la, clicar a opção Fonte do menu **Formatar**, selecionar o tipo de fonte desejado, clicar OK.
- C Para autoformatar a planilha, é suficiente selecioná-la, clicar a ferramenta , na janela disponibilizada, selecionar o modelo desejado, clicar OK.
- D Para formatar os valores da coluna Valor Unitário como moeda, é suficiente selecioná-los e clicar o botão .

QUESTÃO 25

Ainda com relação à figura apresentada, assinale a opção correta.

- A Para calcular o valor total a ser gasto com a aquisição dos produtos, é suficiente clicar a célula C7, clicar a ferramenta  e pressionar a tecla .
- B Para calcular o valor Total para o produto Micro, é suficiente clicar a célula D5, digitar a fórmula =B5+C5 e pressionar a tecla .
- C Para calcular o valor Total para o produto Mesa é suficiente clicar a célula D3, digitar a fórmula =B3*C3 e pressionar a tecla .
- D Para calcular o valor Total Geral, é suficiente calcular o somatório da quantidade na célula B7 e multiplicar pelo resultado do cálculo do somatório dos valores unitários.

QUESTÃO 26

Considerando o gráfico apresentado na figura, assinale a opção correta.

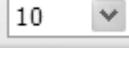
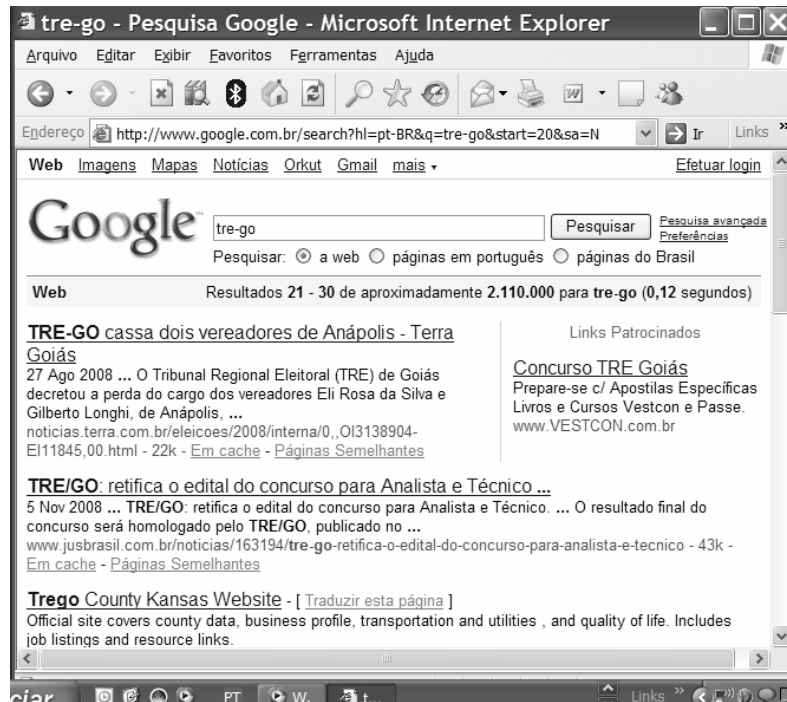
- A Os valores no eixo horizontal apresentam casas decimais porque ele foi construído com base na coluna D.
- B Para alterar o tamanho do gráfico, é suficiente selecioná-lo, clicar a opção Tamanho do menu **Formatar**, selecionar, na janela disponibilizada, o tamanho desejado e clicar OK.
- C Para dimensionar o gráfico com tamanho 50% da página, é suficiente clicá-lo e selecionar 50 na ferramenta .
- D O gráfico foi construído com base apenas nos valores das colunas A e B.

Figura para as questões 27 e 28

A figura a seguir, ilustra uma janela do Internet Explorer 6.0 (IE6), que está em uso para acesso a uma página *web*.







QUESTÃO 27

Considerando a pesquisa na Internet realizada, assinale a opção correta.

- A Se a pesquisa fosse realizada com o termo *tre-go* colocado entre aspas, então o último dos resultados mostrados na figura não seria apresentado.
- B A pesquisa apresenta o resultado de 30 sítios encontrados com o tema *tre-go*.
- C A partir da figura, é correto afirmar que a notícia “TRE-GO cassa dois vereadores de Anápolis”, encontra-se no sítio do TRE-GO.
- D O terceiro resultado mostrado na figura apresenta a tradução da página oficial do TRE-GO para o idioma inglês.

QUESTÃO 28

Considerando que o Microsoft Outlook seja o cliente padrão, assinale a opção correspondente à sequência correta de procedimentos para encaminhar, por *e-mail*, o resultado da pesquisa.

- A clicar a opção e-mail do menu , digitar, no campo Para, o endereço eletrônico do destinatário, clicar Enviar
- B clicar a ferramenta , selecionar a opção Enviar Página, digitar, no campo Para, o endereço eletrônico do destinatário, clicar Enviar
- C clicar a ferramenta , selecionar a opção Enviar Página, digitar, no campo Para, o endereço eletrônico do destinatário, clicar Enviar
- D clicar o menu , selecionar a opção e-mail, digitar, no campo Para, o endereço eletrônico do destinatário, clicar Enviar

QUESTÃO 29

Acerca do Internet Explorer e do sistema operacional Linux, assinale a opção correta.

- A Para conectar à Internet um microcomputador que tenha instalado o sistema operacional Linux, é necessária a utilização de uma placa de rede específica.
- B A conexão, à Internet, de um microcomputador que possua o sistema operacional Linux instalado é mais lenta quando comparada com um que tenha instalado o Windows XP.
- C Se um *e-mail* for criado a partir de algum aplicativo do sistema operacional Linux, ele não poderá ser lido por destinatário que usa o Windows XP.
- D Com o Linux é possível acessar a Internet usando uma rede sem fio (*wireless*).

QUESTÃO 30

Assinale a opção correspondente a características do sistema operacional Linux.

- A multitarefa, multiusuário, *open source*
- B monotarefa, multiusuário, *open source*
- C multitarefa, monousuário, gratuito
- D monotarefa, monousuário, gratuito

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Um circo chegou à cidade e procurava um local onde pudesse montar suas instalações. Por meio de seu representante, o circo requereu à prefeitura que disponibilizasse um espaço para a montagem da estrutura para as apresentações. O órgão municipal responsável pela análise deferiu o pedido, indicando um terreno do município para a instalação do circo que poderia utilizar o espaço por trinta dias. Nessa situação, o instituto aplicável ao caso denomina-se

- A licença de uso.
- B autorização de uso.
- C concessão de uso.
- D desafetação.

QUESTÃO 32

Ocorrendo a extinção da concessão de serviço público, os bens afetos ao serviço público e de propriedade do concessionário serão incorporados ao poder concedente. Nesse caso, a denominação utilizada pela doutrina para a situação descrita é

- A reversão.
- B encampação.
- C caducidade.
- D intervenção.

QUESTÃO 33

Liberdade de expressão. Garantia constitucional que não se tem como absoluta. Limites morais e jurídicos. O direito à livre expressão não pode abrigar, em sua abrangência, manifestações de conteúdo imoral que impliquem ilicitude penal. As liberdades públicas não são incondicionais, por isso devem ser exercidas de maneira harmônica, observados os limites definidos na própria Constituição Federal (CF), artigo 5.º, § 2.º, primeira parte. O preceito fundamental de liberdade de expressão não consagra o “direito à incitação ao racismo”, dado que um direito individual não pode constituir-se em salvaguarda de condutas ilícitas, como sucede com os delitos contra a honra. Prevalência dos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade jurídica.

HC 82424, Relator(a): min. Moreira Alves, Relator(a) p/ Acórdão: min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 17/9/2003, DJ 19/3/2004 PP-00017.

No trecho reproduzido acima, o Supremo Tribunal Federal (STF) travou discussão sobre determinada publicação que continha manifestações de conteúdo racista. A controvérsia residia em se definir a amplitude do princípio constitucional que garante a liberdade de expressão e decidir se esse princípio estaria ou não em conflito com o princípio da dignidade da pessoa humana e da igualdade. Como se percebe da leitura desse trecho, o STF, buscando harmonizar os princípios em jogo, deu prevalência ao princípio da dignidade da pessoa humana e da igualdade jurídica em detrimento do princípio de liberdade de expressão. Com base nessas informações, assinale a opção correspondente ao princípio de interpretação constitucional utilizado pelo STF para dirimir a questão.

- A princípio da conformidade funcional
- B princípio da máxima efetividade
- C princípio da força normativa à CF
- D princípio da concordância prática

QUESTÃO 34

Acerca dos direitos políticos, assinale a opção correta.

- A O presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos poderão ser reeleitos para apenas um período subsequente, o que não impede que, antes do término do segundo mandato consecutivo, eles renunciem e sejam eleitos novamente para o mesmo cargo.
- B Para concorrerem aos mesmos cargos, o presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- C Segundo a CF, o militar alistável é inelegível.
- D O cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins até o segundo grau ou por adoção do presidente da República, de governador de estado ou território, do Distrito Federal e de prefeito podem concorrer, no território da jurisdição do titular, a cargos eletivos, salvo para o mesmo cargo ocupado pelo titular, desde que esse renuncie até seis meses antes do pleito.

QUESTÃO 35

Luis vinha disputando as prévias do seu partido para se lançar candidato a senador da República. Contudo, uma semana antes de o partido escolher seu candidato ao cargo, Luis foi condenado à pena privativa de liberdade por crime de lesão corporal culposa. Seus advogados interpuseram o recurso cabível, do qual se aguarda julgamento.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A A condenação imposta a Luis não terá reflexos na sua pretensão política, visto que a sentença foi omissa quanto a perda dos direitos políticos.
- B A condenação imposta a Luis somente terá efeitos após o trânsito em julgado.
- C A condenação imposta a Luis não terá reflexos na sua pretensão política, já que a condenação por crime culposo não acarreta a perda dos direitos políticos.
- D A condenação imposta a Luis somente terá efeitos se ele for condenado a cumprir a pena em regime fechado, pois, se obtiver qualquer benefício processual que lhe possibilite cumprir a pena em liberdade seus direitos políticos permanecerão intactos.

QUESTÃO 36

A respeito da organização do Estado brasileiro, assinale a opção correta.

- A Os municípios não são considerados entes federativos autônomos, visto que não são dotados de capacidade de auto-organização e de autonomia financeira.
- B O Distrito Federal é a capital do país.
- C Os estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos estados ou territórios federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- D A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, far-se-ão por lei federal e serão submetidos pela população diretamente interessada a referendo popular.

QUESTÃO 37

Ainda acerca da organização do Estado, assinale a opção correta.

- A Compete aos estados instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- B O controle externo e a fiscalização dos municípios serão exercidos pelos respectivos poderes legislativos estaduais.
- C A CF estabelece, como preceito aplicável aos municípios, que os prefeitos serão julgados perante os tribunais regionais federais.
- D Compete à União organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios.

QUESTÃO 38

Esse método parte da premissa de que existe uma relação necessária entre o texto e a realidade, entre preceitos jurídicos e os fatos que eles intentam regular. Para Müller, na tarefa de *interpretar-concretizar* a norma constitucional, o intérprete-aplicador deve considerar tanto os elementos resultantes da interpretação do texto (*programa normativo*), como os decorrentes da investigação da realidade (*domínio normativo*). Isso porque, partindo do pressuposto de que a norma não se confunde com o texto normativo, afirma Müller que o texto é apenas a ‘ponta do iceberg’; mas a norma não compreende apenas o texto, pois abrange também “um pedaço de realidade social”, sendo esta talvez a parte mais significativa que o intérprete-aplicador deve levar em conta para realizar o direito.

Dirley da Cunha Júnior. *Curso de Direito Constitucional*. 2.ª ed. Salvador: Editora Juspodivum, 2008, p. 214. (com adaptações).

O trecho acima descreve o método de interpretação constitucional denominado

- A método normativo-estruturante.
- B método tópico-problemático.
- C método hermenêutico-clássico.
- D método científico-espiritual.

QUESTÃO 39

De acordo com a Lei n.º 8.666/1993 (Lei das Licitações), assinale a opção correta.

- A É vedado conceder preferência, como critério de desempate, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional.
- B É dispensável a licitação para contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado.
- C Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem, a licitação é inexigível.
- D Nos casos em que for cabível a modalidade convite, a administração não poderá utilizar a tomada de preços, tampouco a concorrência.

QUESTÃO 40

Rui, servidor público federal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), revelou a um amigo deputado federal informações sigilosas que detinha em razão das atribuições que desempenhava no tribunal.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A A conduta de Rui constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- B A conduta do servidor público constitui tão-somente conduta antiética.
- C A conduta de Rui constitui tão-somente infração administrativa tipificada na lei que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
- D Rui poderá ser apenado com a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de oito a dez anos.

QUESTÃO 41

Assinale a opção correta acerca da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

- A As garantias previstas na referida lei incluem expressamente os direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos.
- B Quando o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes em outro órgão administrativo, caberá ao próprio interessado trazer os referidos documentos aos autos.
- C A alegação, pelo interessado, de violação de enunciado de súmula vinculante não tem influência nos processos administrativos, visto que as súmulas vinculantes destinam-se a uniformizar a jurisprudência dos tribunais, e não as decisões em processos administrativos.
- D Órgão é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.

QUESTÃO 42

Acerca dos tribunais e juízes eleitorais, assinale a opção correta.

- A Os juízes eleitorais e as juntas eleitorais são órgãos da justiça eleitoral.
- B Os membros do TSE são vitalícios.
- C Os órgãos da justiça eleitoral não têm competência para julgar *habeas-corpus*, mandado de segurança, *habeas-data* ou mandado de injunção.
- D O STF não tem competência para rever decisões do TSE.

QUESTÃO 43

A respeito do sistema de controle de constitucionalidade brasileiro, assinale a opção correta.

- A Não se admite o controle de constitucionalidade preventivo em sede de controle incidental.
- B O TSE tem competência para exercer o controle concentrado de constitucionalidade em face da CF.
- C O Poder Legislativo, por meio das comissões de constituição e justiça, exerce o controle de constitucionalidade de modo preventivo.
- D A CF prevê que o controle concentrado de constitucionalidade no STF será feito exclusivamente por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), por ação e por omissão, e da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC).

QUESTÃO 44

As normas constitucionais sobre mandato eletivo e processo eleitoral estabelecem que

- A o mandato poderá ser impugnado perante a justiça eleitoral até trinta dias após a posse.
- B a lei que alterar o processo eleitoral só entrará em vigor um ano após a sua promulgação, não se aplicando à eleição que ocorrer em seguida.
- C são inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, os prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.
- D não podem ser candidatos os analfabetos, os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

QUESTÃO 45

Acerca dos direitos políticos, julgue os itens a seguir.

- I A suspensão ou perda dos direitos políticos implica o cancelamento da inscrição do indivíduo como eleitor.
- II O alistamento eleitoral é obrigatório para os brasileiros maiores de 18 anos e menores de 70 anos.
- III O militar em serviço ativo é inelegível, razão pela qual só pode ser candidato se se afastar em definitivo da atividade.
- IV Como instrumentos da democracia direta, o plebiscito e o referendo podem ser realizados tanto mediante autorização do Congresso Nacional quanto por iniciativa popular.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e IV.

QUESTÃO 46

Tendo em vista a disciplina constitucional sobre elegibilidade e partidos políticos, assinale a opção correta.

- A Se o indivíduo possuir capacidade eleitoral ativa (ser eleitor), automaticamente possuirá a capacidade eleitoral passiva (poder ser eleito).
- B Como pessoas jurídicas de direito privado, os partidos políticos estão dispensados de prestar contas, à justiça eleitoral, dos recursos que movimentam.
- C Para a configuração de domicílio eleitoral, não basta que o interessado mantenha vínculos políticos, comunitários ou familiares com o local pelo qual será candidato, sendo necessário que nele resida com *animus* definitivo.
- D Ninguém pode concorrer como candidato avulso, sem partido político, pois a capacidade eleitoral passiva exige prévia filiação partidária.

QUESTÃO 47

A respeito da justiça eleitoral, assinale a opção **incorreta**.

- A A competência da justiça eleitoral deverá ser fixada em lei complementar, à qual incumbe dispor sobre sua organização.
- B Os tribunais regionais eleitorais, com sede na capital dos estados e no Distrito Federal, são compostos de, no mínimo, sete juízes, com cinco deles indicados entre os desembargadores e dois entre os juízes de direito.
- C As juntas eleitorais, como órgãos colegiados de primeira instância, são constituídas 60 dias antes da eleição.
- D Os membros dos tribunais eleitorais, os juízes de direito e os integrantes das juntas eleitorais, no exercício de suas funções, e no que lhes for aplicável, gozarão de plenas garantias e serão inamovíveis.

QUESTÃO 48

Com relação ao Ministério Público (MP) na jurisdição eleitoral, assinale a opção correta.

- A** O MP Eleitoral possui competência para emitir parecer nos feitos eleitorais, mas não para pedir abertura de investigação judicial visando apurar a utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social em benefício de candidato, pois esta é uma competência exclusiva dos partidos políticos, coligações e candidatos.
- B** O representante do MP que, nos quatro anos anteriores ao pleito, tenha exercido atividade político-partidária, está impedido de impugnar o registro de candidato.
- C** A procuradoria regional junto a cada tribunal regional eleitoral (TRE) estará a cargo do procurador da República no respectivo estado e, onde houver mais de um, daquele que for designado pelo presidente do TRE.
- D** Os procuradores regionais eleitorais poderão requisitar, de ofício, para auxiliá-los nas suas funções, membros do MP local, que terão livre assento nas sessões do tribunal respectivo.

QUESTÃO 49

Tendo em vista as normas do TSE relativas ao alistamento eleitoral, julgue os itens a seguir.

- I** No momento em que formalizar o pedido de alistamento eleitoral, o requerente receberá, do servidor da justiça eleitoral, a informação sobre seu local de votação, entre os estabelecidos para a zona eleitoral, não sendo possível manifestar sua preferência sobre qualquer deles.
- II** O eleitor pode requerer a transferência de seu domicílio eleitoral independentemente do período de tempo transcorrido desde o seu alistamento eleitoral ou da última transferência que eventualmente tenha solicitado.
- III** O brasileiro naturalizado que não se alistar até um ano depois de adquirida a nacionalidade brasileira incorrerá em multa imposta pelo juiz eleitoral e que será cobrada no ato da inscrição.
- IV** Será cancelada a inscrição do eleitor que se abster de votar em três eleições consecutivas, salvo se houver apresentado justificativa para a falta ou efetuado o pagamento de multa, ficando excluídos do cancelamento os eleitores que, por prerrogativa constitucional, não estejam obrigados a votar e cuja idade não ultrapasse 80 anos.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** III e IV.

QUESTÃO 50

Com respeito aos partidos políticos, à propaganda e ao processo eleitoral, assinale a opção correta.

- A** Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, assembleias legislativas e câmaras municipais até o dobro do número de lugares a preencher.
- B** Os partidos políticos poderão, quando imprescindível, em face da absoluta carência de recursos de eleitores da zona rural, fornecer-lhes refeições, correndo, nessa hipótese, as despesas por conta do fundo partidário.
- C** A propaganda eleitoral no rádio e na televisão deve restringir-se ao horário gratuito, vedada a veiculação de propaganda paga.
- D** As normas para a escolha e substituição dos candidatos e para a formação de coligações serão estabelecidas, por meio de resoluções, pela justiça eleitoral.

QUESTÃO 51

Acerca da diplomação dos eleitos e dos recursos eleitorais, assinale a opção correta.

- A** Tanto os candidatos eleitos como os respectivos suplentes receberão diploma no qual constará o nome do candidato, a legenda pela qual concorreu, o cargo para o qual foi eleito ou sua classificação como suplente.
- B** Enquanto o TSE não decidir o recurso interposto contra a expedição do diploma, o diplomado não poderá exercer o mandato em toda a sua plenitude.
- C** Somente caberá recurso contra a expedição de diploma nos casos de inelegibilidade ou incompatibilidade de candidato e de errônea interpretação da lei quanto à aplicação do sistema de representação proporcional.
- D** São preclusivos os prazos para interposição de recurso, mesmo quando nele se discute matéria constitucional.

QUESTÃO 52

Quanto a financiamento e prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais, é correto afirmar que

- A** qualquer eleitor poderá realizar gastos em apoio a candidato de sua preferência, nos valores e limites que julgar adequados, devendo o candidato favorecido prestar contas na forma disciplinada pela justiça eleitoral.
- B** é permitido, a partido e a candidato, receber doação em dinheiro, ou estimável em dinheiro, de entidade de classe ou sindical, até a quantia equivalente a 1.000 UFIR.
- C** comprovada a captação ou gasto ilícito de recursos para fins eleitorais, será negado diploma ao candidato, ou cassado, se já houver sido outorgado.
- D** as prestações de contas dos candidatos, tanto às eleições majoritárias quanto às proporcionais, deverão ser feitas pelo próprio candidato.

QUESTÃO 53

Com relação aos instrumentos de combate ao abuso de poder nas eleições, assinale a opção correta.

- A O prazo máximo para propositura da ação de impugnação de mandato eletivo é de trinta dias, contados da eleição.
- B A captação ilícita de sufrágio se configura quando se está diante de ato ocorrido entre a convenção partidária para escolha dos candidatos e o dia da eleição, inclusive.
- C É proibida a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral.
- D O recurso contra a expedição de diploma é cabível no prazo de quinze dias após a realização do pleito eleitoral.

QUESTÃO 54

Quanto aos institutos da capacidade e da personalidade, assinale a opção correta de acordo com o Código Civil.

- A Os animais são dotados de personalidade civil.
- B Os recém-nascidos possuem capacidade de fato desde seu nascimento com vida.
- C Considera-se absolutamente incapaz o indivíduo que não pode exprimir, mesmo que temporariamente, sua vontade.
- D O indivíduo que dissipa seu patrimônio torna-se absolutamente incapaz de exercer qualquer atos da vida civil.

QUESTÃO 55

Com relação ao tema domicílio, assinale a opção correta de acordo com o Código Civil.

- A A casa de praia ocupada de modo ocasional por um indivíduo pode ser considerada seu domicílio.
- B A Lei Civil admite que uma pessoa tenha mais de um domicílio civil.
- C O domicílio da pessoa jurídica que possui inúmeros estabelecimentos será o local em que funcionar sua sede administrativa.
- D O domicílio do servidor público será o do local em que firmar moradia, mesmo que outro seja o local em que permanentemente exerça sua atividade funcional.

QUESTÃO 56

Acerca dos efeitos dos negócios jurídicos, assinale a opção correta.

- A O erro caracteriza-se como uma manifestação de vontade distorcida da realidade, em que o declarante a desconhece ou entende de modo errado aquilo que acontece.
- B O erro, em qualquer de suas modalidades, torna o negócio passível de anulação.
- C O dolo acidental causa a anulação do negócio jurídico.
- D A coação absoluta e a relativa, modalidades de vício de vontade, tornam o negócio nulo de pleno direito.

QUESTÃO 57

Assinale a opção que **não** se configura cláusula especial nos contratos de compra e venda.

- A retrovenda
- B venda sobre documentos
- C venda a contento
- D venda *ad mensuram*

QUESTÃO 58

Assinale a opção correspondente a característica própria do contrato de seguro.

- A unilateral
- B personalíssimo
- C aleatório
- D comutativo

QUESTÃO 59

Segundo o Código de Processo Civil (CPC), o conflito de competência, quando possível, pode ser instaurado por iniciativa

- A do MP, apenas.
- B do MP ou de qualquer dos magistrados envolvidos no julgamento do processo, apenas.
- C de qualquer dos magistrados envolvidos no julgamento do processo ou das partes, apenas.
- D do MP, de qualquer dos magistrados envolvidos no julgamento do processo ou das partes.

QUESTÃO 60

João ingressou com ação de alimentos em desfavor de Pedro com fundamento de que este seria o seu pai. A ação foi julgada procedente e transitou em julgado. Tempos depois, em virtude da morte de Pedro, João habilitou-se no inventário que fora aberto a fim de receber seu quinhão na herança.

Diante dessa situação hipotética, e tomando por base os limites objetivos da coisa julgada, assinale a opção correta.

- A O juiz que oficia no inventário não poderá deixar de reconhecer João como filho de Pedro, por conta do trânsito em julgado da ação anterior, que, na fundamentação, entendeu haver a relação parental a viabilizar o pedido de alimentos, pelo que deverá reconhecer o direito do herdeiro de receber seu quinhão na herança.
- B O juiz que oficia no inventário poderá deixar de reconhecer João como filho de Pedro, posto que as premissas fixadas na primeira sentença não transitaram em julgado, pelo que não se tornaram imutáveis nem tem possibilidade de vincular a apreciação do julgador da ação de inventário.
- C O juiz que oficia no inventário deverá considerar a coisa julgada da ação de alimentos para o fim de reconhecer a paternidade nela tida como existente, pois na nova ação o que se busca é uma extensão daquilo que já transitou em julgado.
- D O juiz do inventário, em tendo dúvida sobre a paternidade, deverá oficiar o magistrado que atuou na ação de alimentos para que este lhe remeta as provas lá produzidas, bem como a sentença lá prolatada, para, em um incidente processual autuado em apartado, decidir se existe ou não o direito do pretense filho a herança do *de cuius*, visto ser matéria de alta indagação.

QUESTÃO 61

É pressuposto recursal extrínseco o(a)

- A legitimidade recursal.
- B cabimento.
- C tempestividade.
- D inexistência de fato extintivo do direito de recorrer.

QUESTÃO 62

Quanto aos embargos de declaração, segundo o CPC, assinale a opção correta.

- A Para que sejam conhecidos, faz-se necessário que o embargante efetue o pagamento das custas processuais e comprove esse pagamento quando da interposição do recurso.
- B O juiz terá 10 dias para julgar os embargos de declaração, a contar da data em que lhe foram conclusos.
- C Quando os primeiros embargos de declaração apresentados forem manifestamente protelatórios, poderá o julgador, de imediato, aplicar multa de 10% sobre o valor da condenação.
- D Os embargos declaratórios apresentados nos tribunais devem ser levados pelo relator a julgamento na sessão subsequente a sua interposição, oportunidade em que o magistrado proferirá seu voto.

QUESTÃO 63

O CPC admite que o juiz, desde que estritamente necessário, ouça como informante a testemunha que não pode depor. No entanto, existe vedação legal expressa quanto à possibilidade de prestar depoimento em juízo para

- A o menor de 16 anos.
- B o parente colateral de 3.º grau de uma das partes do processo.
- C aquele que, por seus costumes, não for considerado digno de fé.
- D o inimigo capital de uma das partes do processo.

QUESTÃO 64

Acerca das autorizações de saída durante o cumprimento da pena, assinale a opção correta.

- A A saída temporária é um benefício que pode ser concedido aos condenados que cumprem pena em regime fechado, semiaberto ou aberto.
- B A autorização para a saída temporária depende do cumprimento mínimo de um sexto da pena, se o condenado for primário.
- C Tanto a saída temporária quanto a permissão de saída dependem de autorização judicial, que deve ser precedida da oitiva do MP.
- D O benefício da saída temporária será automaticamente revogado se o condenado praticar fato definido como crime doloso ou culposos.

QUESTÃO 65

Pablo atingiu Luiz com cinco disparos de arma de fogo, um na cabeça, dois no tórax e dois nas pernas. Luiz foi socorrido e levado ao hospital público mais próximo, apurando-se que necessitava de urgente intervenção cirúrgica. No entanto, como, minutos antes de sua chegada ao hospital havia ocorrido grave acidente envolvendo dois ônibus e as vítimas estavam sendo socorridas, não foi possível que os médicos ministrassem a Luiz, de forma imediata, o tratamento necessário. Convocou-se, então, um médico que estava de folga e que, tendo chegado ao hospital 30 minutos após a internação de Luiz, passou a cuidar do paciente. Ainda que Luiz tenha recebido atendimento médico, constatou-se que seu estado de saúde já se havia agravado e, embora ele tenha sido submetido a cirurgia para retirada dos projéteis, não resistiu e veio a falecer.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Houve a superveniência de causa absolutamente independente, consistente na demora no atendimento médico a Luiz, o que implica que Pablo somente responderá pelas lesões corporais causadas.
- B O resultado morte somente foi produzido em razão da ausência de tratamento médico imediato da vítima, havendo uma ruptura do nexo causal.
- C Ocorreu uma causa superveniente relativamente independente, que impede a responsabilização de Pablo pelo resultado morte.
- D O resultado morte decorreu do desdobramento normal da conduta praticada por Pablo, que responderá pelo resultado produzido.

QUESTÃO 66

Considerando-se que as instalações da sede de autarquia federal situada em Goiânia eram insuficientes para abrigar os servidores do órgão, foi aprovada, por lei, dotação orçamentária para a construção de um anexo ao edifício-sede, bem como dotação orçamentária destinada à reforma da sede. Fábio, administrador da autarquia pública, acreditando haver uma única dotação, decidiu utilizar a verba destinada à construção do anexo para a realização de reformas na sede administrativa. Nessa situação, é correto afirmar que a conduta de Fábio, segundo os requisitos objetivos e subjetivos do tipo penal, é considerada

- A atípica, uma vez que o dinheiro era destinado a obras de infraestrutura na autarquia e que foi utilizado com essa finalidade.
- B típica, configurando-se o crime de desvio irregular de verbas ou rendas públicas.
- C atípica, uma vez que ocorreu erro sobre elemento constitutivo do tipo penal.
- D típica, mas será possível a aplicação de causa de redução de pena, por ter-se operado a ignorância da lei.

QUESTÃO 67

Considerando a hipótese de um indivíduo ter sido denunciado e condenado pelo crime de homicídio, assinale a opção correta em relação às regras referentes à substituição da pena.

- Ⓐ Se a pena não for superior a quatro anos de reclusão, o indivíduo terá direito à substituição da pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos, ainda que o crime tenha sido doloso e cometido com violência ou grave ameaça à pessoa.
- Ⓑ Em hipótese alguma, se o réu for reincidente, será possível a substituição da pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos.
- Ⓒ Se o crime for culposo, o réu terá direito à substituição da pena privativa de liberdade, ainda que o crime tenha sido cometido com violência à pessoa.
- Ⓓ O juiz, constatando a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade, poderá substituí-la por duas penas restritivas de direito, não podendo a execução ter duração inferior à pena privativa de liberdade substituída.

QUESTÃO 68

Milton, agente de polícia, estava investigando uma associação de criminosos que praticava o roubo de cargas. Encerradas as investigações, foi apresentada denúncia e, em seguida, foi decretada a prisão preventiva de Fabiano, um dos integrantes do grupo, que estava foragido. O agente de polícia obteve, na delegacia, informação, por denúncia anônima, do local onde Fabiano estava escondido. De posse dessa informação, convidou seu irmão Juarez a acompanhá-lo até o local onde Fabiano se ocultava, a fim de exigir dinheiro deste para não dar cumprimento ao mandado de prisão. No momento em que o agente e seu irmão exigiam o dinheiro de Fabiano, foram abordados por uma equipe de policiais que também recebera informações sobre o paradeiro de Fabiano e que se deslocara para o cumprimento do mandado.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ Pode ser realizada a prisão em flagrante de Milton e Juarez, mas apenas Milton, o agente de polícia, será indiciado pelo crime de concussão, uma vez que seu irmão não é servidor público, não se comunicando tal circunstância, por ser de caráter pessoal.
- Ⓑ Pode ser realizada a prisão em flagrante de Milton e de Juarez, e ambos serão indiciados por crime de corrupção passiva, em coautoria.
- Ⓒ Milton e Juarez poderão ser indiciados pelo crime de corrupção passiva, na modalidade tentada, já que não chegou a ocorrer a percepção da vantagem ilícita.
- Ⓓ Milton e Juarez poderão ser indiciados pelo crime de concussão, sendo admissível que condição de caráter pessoal referente à ocupação de cargo público se comunique em relação a Juarez.

QUESTÃO 69

Nas opções abaixo são apresentadas situações hipotéticas seguidas de assertivas a serem julgadas. Assinale a opção correspondente à assertiva correta.

- Ⓐ Em cumprimento a mandado de busca e apreensão expedido para a residência de Lucas, agentes da Polícia Federal encontraram diversos produtos importados, desacompanhados de nota fiscal e guia de importação, bem como um laboratório destinado à falsificação de DVDs. O auto de prisão em flagrante foi encaminhado ao Ministério Público Federal. O procurador da República constatou estarem presentes indícios da prática dos crimes de descaminho e de violação de direito autoral, de competência, respectivamente, da justiça federal e da justiça comum. Considerando estar configurada a conexão probatória, o procurador da República ofereceu denúncia pela prática dos crimes previstos nos arts. 184 e 334 do Código Penal (descaminho e violação de direito autoral). Durante a instrução criminal, Lucas apresentou documentos que demonstraram a regularidade da importação dos produtos apreendidos em sua residência, bem como o pagamento do imposto de importação. Nessa situação, evidenciando-se que não houve a prática do crime de competência da justiça federal, cessa a conexão, devendo o juiz federal encaminhar os autos para a justiça comum.
- Ⓑ Álvaro foi denunciado pela prática do crime de homicídio e, ao se submeter a júri popular, sua infração foi desclassificada pelo Conselho de Sentença para homicídio culposo. Nesse caso, o Conselho de Sentença do júri continua competente para o julgamento do delito.
- Ⓒ Márcia praticou reiteradamente o crime de estelionato, aproveitando-se das mesmas circunstâncias de tempo, modo, lugar e maneira de execução. Suas vítimas registraram ocorrência na delegacia, tendo sido instaurados cinco inquéritos policiais que resultaram em cinco ações penais perante juízos diversos, tendo uma delas sentença definitiva. Nesse caso, tratando-se de continuidade delitiva, será obrigatória a reunião dos processos perante o mesmo juízo.
- Ⓓ Sóstenes, deputado federal, ajuizou ação penal contra Davi perante a vara criminal de Goiânia, acusando-o de ter praticado o crime de calúnia. Davi opôs e foi admitida exceção da verdade. Nessa hipótese, a exceção deverá ser julgada pelo STF.

QUESTÃO 70

Acerca da revisão criminal, assinale a opção correta.

- Ⓐ É admissível revisão criminal para anular sentença condenatória irrecorrível proferida pelo tribunal do júri.
- Ⓑ A revisão criminal não é cabível para desconstituir sentenças condenatórias por contravenções penais.
- Ⓒ É cabível a revisão criminal para assegurar a aplicação da lei nova mais benéfica.
- Ⓓ A revisão criminal somente poderá ser requerida antes da extinção da pena.

QUESTÃO 71

Foi requerida ao juiz a autorização para a interceptação do telefone celular utilizado por Natália, por existirem indícios de seu envolvimento no crime de moeda falsa, previsto no art. 289 do Código Penal, cuja pena é de reclusão, de 3 a 12 anos, e multa. O juiz autorizou o monitoramento pelo prazo de quinze dias.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A** A interceptação é ilícita, uma vez que o crime de moeda falsa não está elencado como um dos crimes passíveis de investigação mediante escuta telefônica.
- B** Ultrapassado o período de quinze dias, caso a autoridade policial prossiga no monitoramento, sem requerer a prorrogação do prazo, toda prova se tornará ilícita. Dessa forma, embora a prova possa permanecer nos autos, não poderá ser considerada pelo juiz quando da fundamentação da sentença a ser proferida na ação penal proposta.
- C** A interceptação das comunicações telefônicas somente poderá ser determinada pelo juiz se houver requerimento da autoridade policial.
- D** Para requerer a prorrogação da interceptação telefônica, não há a necessidade de transcrição das conversas interceptadas durante o período de monitoramento, nem mesmo para incluir novos investigados.

QUESTÃO 72

Acerca da citação e da intimação no processo penal, assinale a opção correta.

- A** Estando o réu em liberdade, uma vez intimado por sentença condenatória, começa a fluir, nessa data, o prazo para a interposição do recurso, independentemente da intimação do advogado constituído.
- B** Comparecendo o oficial de justiça por três vezes na residência do réu sem o encontrar e constatando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial poderá intimar qualquer pessoa da família ou, na falta desta, qualquer vizinho, cientificando-o de que no dia seguinte, voltará para efetuar a citação, marcando a hora para isso. Comparecendo na hora designada, o oficial poderá dar por feita a citação, ainda que o citando não esteja em sua residência.
- C** O réu que não for encontrado deverá ser citado por edital, sendo imprescindível a transcrição da denúncia ou queixa ou que seja feito resumo dos fatos em que esta se baseia.
- D** Estando o réu em local incerto e não sabido, será determinada a citação por edital, por prazo a ser fixado pelo juiz, entre 15 e 90 dias.

QUESTÃO 73

Na manhã do dia 15/12/2008, Luana agrediu Roberta, causando-lhe lesões corporais leves, crime de ação penal pública condicionada à representação, cuja pena é de detenção, de três meses a um ano. Foi lavrado termo circunstanciado, marcando-se a audiência de conciliação para o dia 20/12/2008.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Havendo a composição de danos na audiência de conciliação, não poderá o MP formular a proposta de transação penal.
- B** Não tendo sido obtida a composição dos danos civis, caberá a Roberta, na audiência preliminar, apresentar representação verbal, sob pena de decadência do direito.
- C** Não será possível o oferecimento da proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa se Luana estiver sendo processada por outro crime.
- D** Presentes os requisitos legais, o juiz poderá apresentar proposta de transação penal, caso o promotor de justiça se recuse a fazê-lo, já que se trata de direito líquido e certo de Luana.

QUESTÃO 74

Assinale a opção correta no que concerne a descentralização e desconcentração.

- A** Caso o TRE distribua competências no âmbito de sua própria estrutura, é correto afirmar que ocorreu descentralização.
- B** A desconcentração pressupõe a existência de apenas uma pessoa jurídica.
- C** A outorga e a delegação são formas de efetivação da desconcentração.
- D** A descentralização é simples técnica administrativa, utilizada apenas no âmbito da administração direta.

QUESTÃO 75

Para a criação de uma empresa pública voltada para o processamento de dados durante as eleições, é necessário e suficiente

- A** lei específica que diretamente preveja a sua criação.
- B** ato do Poder Executivo.
- C** ato do Poder Executivo, autorizado por lei específica.
- D** lei complementar que estabeleça a sua criação e área de atuação.

QUESTÃO 76

Assinale a opção correta acerca do Regimento Interno do TRE/GO (RITRE/GO).

- Ⓐ O RITRE/GO é redigido e aprovado por ato do seu presidente.
- Ⓑ O RITRE/GO tem por objeto estabelecer a composição, competência e funcionamento do TRE/GO e regulamentar não só os procedimentos jurisdicionais que lhe são atribuídos constitucionalmente e por meio da legislação eleitoral, como também os procedimentos administrativos.
- Ⓒ A garantia da inamovibilidade não se aplica aos juízes do TRE/GO no exercício de suas funções.
- Ⓓ Os motivos geradores de impedimento e suspeição para os juízes de direito, previstos na legislação processual civil e penal, não são aplicáveis aos juízes do TRE/GO, pois contra estes apenas é possível alegar impedimentos e suspeições por motivo de parcialidade partidária.

QUESTÃO 77

Assinale a opção correta acerca das competências do TRE/GO.

- Ⓐ Compete ao TRE/GO aplicar penas disciplinares de advertência, suspensão e demissão aos juízes eleitorais.
- Ⓑ Não compete ao Tribunal responder a consultas formuladas por partidos e candidatos, pois, como órgão do Poder Judiciário, lhe é proibida a atividade consultiva.
- Ⓒ O princípio da inércia da jurisdição impede o TRE/GO de fazer representações ao Tribunal Superior Eleitoral.
- Ⓓ É competência do TRE/GO determinar a apuração das urnas anuladas, por decisão de juntas eleitorais, quando na situação de provimento de recurso interposto.

QUESTÃO 78

Acerca do papel do defensor público perante o TRE/GO, assinale a opção correta.

- Ⓐ Quando o Ministério Público funcionar em um processo na qualidade de parte, ao defensor público fica assegurado o direito de pronunciamento prévio ao do Ministério Público.
- Ⓑ O pronunciamento do defensor público no processo em que atuar deve ser sempre realizado por escrito, para fins de registro dos atos praticados. No caso de sustentação oral, o texto do memorial da sustentação deve ser entregue ao TRE/GO.
- Ⓒ O defensor público deve exercer a defesa dos interesses dos juridicamente necessitados perante o TRE/GO, até mesmo em prol de pessoas jurídicas.
- Ⓓ O defensor público não possui poderes requisitórios para fins de instrução dos feitos em que atua.

QUESTÃO 79

Um processo foi protocolado no TRE/GO, sem aparente dependência com outro feito. O processo foi distribuído nas 48 horas subsequentes e deixou de obedecer à precedência, tendo em vista pedido de preferência do advogado do partido político que era parte autora. Após a distribuição, abriu-se vista ao procurador regional eleitoral. Os autos ficaram com o Ministério Público Federal (MPF) por dez dias e foram devolvidos sem parecer. A parte pediu inclusão em pauta e o feito foi levado a julgamento.

Com referência a esta situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ A distribuição foi realizada dentro do prazo regimentalmente previsto.
- Ⓑ Mesmo não tendo apresentado parecer no prazo devido, que é de 5 dias, o procurador regional eleitoral preserva o direito de proferir parecer oralmente na assentada do julgamento.
- Ⓒ Nesse caso, não deveria ter sido aberta vista ao procurador regional eleitoral, pois houve pedido de preferência por parte do advogado, o que motivou, até a distribuição sem observância à regra geral de obediência ao critério de precedência.
- Ⓓ Caso ocorra impedimento do relator, deve ser realizada nova distribuição, sem compensação posterior.

QUESTÃO 80

Aberta sessão do TRE/GO, foi composta a mesa. Em seguida, passou-se à leitura, à discussão e à aprovação da ata da sessão anterior. Um advogado presente na sessão solicitou pedido de preferência, tendo em vista sua deliberação de realizar sustentação oral durante o julgamento do processo que patrocinava. Seu requerimento foi negado pelo Tribunal e a sessão teve continuidade. Aprovada a ata, foi verificado o número de juízes presentes e julgados os feitos, obedecendo-se a ordem estabelecida pelo regimento. Proclamados os resultados, foi realizada a leitura do expediente e encerrada a sessão.

Tendo por base o fato hipotético narrado, assinale a opção correta acerca da ordem de trabalho nas sessões do TRE/GO.

- Ⓐ Houve inversão da ordem dos trabalhos, pois a verificação do número de juízes presentes deve ser realizada antes da leitura, da discussão e da aprovação da ata da sessão anterior.
- Ⓑ A leitura do expediente é o último ato a ser praticado na sessão, pois configura resumo dos julgamentos realizados.
- Ⓒ A verificação do número de juízes presentes deve ser o primeiro ato na ordem de trabalho da sessão, precedendo até mesmo a composição da própria mesa.
- Ⓓ A ordem dos trabalhos do Tribunal não pode ser modificada, tanto mais por pedido de advogado que pretenda realizar sustentação oral.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, que vale **dez** pontos, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Respeite o limite máximo de **trinta** linhas. Qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

EMENTA: — Ação direta de inconstitucionalidade. Parágrafos 1.º e 2.º do artigo 45 da Constituição Federal. — A tese de que há hierarquia entre normas constitucionais originárias, dando azo a declaração de inconstitucionalidade de umas em face de outras, é incompatível com o sistema de constituição rígida. Na atual Carta Magna, "compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição" (artigo 102, *caput*), o que implica dizer que essa jurisdição lhe é atribuída para impedir que se despreste a Constituição como um todo, e não para, com relação a ela, exercer o papel de fiscal do Poder Constituinte originário, a fim de verificar se este teria, ou não, violado os princípios de direito suprapositivo que ele próprio havia incluído no texto da mesma Constituição. Por outro lado, as cláusulas pétreas não podem ser invocadas para sustentação da tese da inconstitucionalidade de normas constitucionais inferiores em face de normas constitucionais superiores, porquanto a Constituição as prevê apenas como limites ao Poder Constituinte derivado ao rever ou ao emendar a Constituição elaborada pelo Poder Constituinte originário, e não como abarcando normas cuja observância se impôs ao próprio Poder Constituinte originário com relação às outras que não sejam consideradas cláusulas pétreas, e, portanto, possam ser emendadas. Ação não conhecida por impossibilidade jurídica do pedido.

ADI 815, Relator(a): Min. Moreira Alves, Tribunal Pleno, julgado em 28/3/1996, DJ 10-5-1996, PP-15131, EMENT VOL-01827-02 PP-00312 (com adaptações).

Considerando a ementa acima, redija um texto explicando qual princípio de interpretação constitucional foi utilizado pelo Supremo Tribunal Federal no referido julgado. Em seu texto, restrinja-se, necessária e tão-somente, a indicar qual o princípio aplicado e a explicar no que consiste o referido princípio.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	